

# Temas relevantes da agenda federativa

Junho de 2014

Relatório produzido nos termos do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (2011), firmado em 2011.

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).

Pesquisador responsável: Antonio Lassance.

antonio.lassance@ipea.gov.br

Colaborou para este relatório (no levantamento das informações de calendário) Leonardo Meira Reis (pesquisadores do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, do IPEA).

As opiniões expressas neste documento não representam opiniões do IPEA ou da SRI.

# Agenda federativa de junho de 2014

O Congresso tem um mês de esforço concentrado, sobretudo nas duas primeiras semanas, para votar uma extensa pauta de projetos, antecipadamente à realização da Copa do Mundo e das convenções partidárias que escolherão os candidatos às eleições de 5 de outubro.

Devem ser aprovados o Plano Nacional de Educação (PL 8035/10, do Executivo), a regulamentação da PEC 81 (já aprovada) contra o trabalho escravo e a chamada PEC do Orçamento Impostivo (Proposta de Emenda à Constituição 358/13).

Com maior dificuldade para se obter acordo está o projeto que regulamenta a criação de municípios. Um novo projeto, oriundo do Senado (de iniciativa, mais uma vez, do senador Mozarildo Cavalcante), encontra resistências entre deputados do Norte e Nordeste. Enquanto isso, o veto presidencial total ao projeto anterior (também do Senado e de autoria do mesmo senador Mozarildo Cavalcante) permanece não apreciado pelo Congresso.

O Plano Nacional de Educação, assim como o projeto que altera o Supersimples (PLP 221/12), já aprovados, permanecem pendentes da votação dos destaques.

A Câmara tem ainda, pronto para a votação do plenário, o novo marco legal das organizações não governamentais (ONGs) e o projeto que prorroga por mais 50 anos a vigência da Zona Franca de Manaus.

O novo marco legal das ONGs (entre vários projetos, PL-3877/2004, o PLC nº 177/2012 e o PLP 177/12)<sup>1</sup>, além do objetivo de melhor definir o papel das organizações sem fins lucrativos em sua relação com o Estado, na prestação complementar de serviços de interesse social, busca dar mais transparência e agilidade à gestão das atividades realizadas por essas organizações com o aporte de recursos públicos<sup>2</sup>.

A grande novidade é a substituição dos tradicionais convênios por um termo de fomento e colaboração<sup>3</sup>.

Além disso, a contratação de ONGS deverá ser precedida de um chamamento público, na forma de um edital de concorrência. As organizações precisarão ter pelo menos três anos de existência para receber verbas públicas, comprovar experiência no serviço a ser prestado e ter “ficha limpa”.

A falta de um marco legal que proporcionasse maior robustez institucional e fortalecesse a relação do Estado com as ONGs em bases de maior transparência e controle levaram a uma sensível diminuição dos repasses de recursos, cerca de 4,5 vezes menor do que havia sido em seu pico, no ano de 2005.

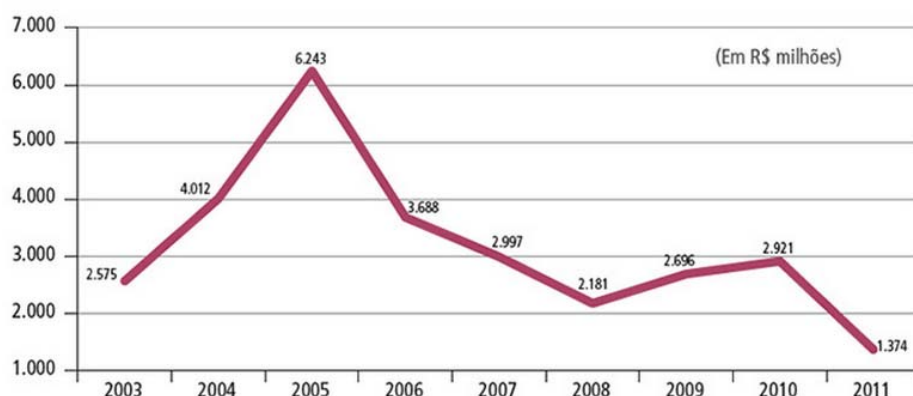
---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=544724](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=544724) e [http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=606626](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=606626)

<sup>2</sup> A proposta final seguiu as diretrizes discutidas no Grupo de Trabalho, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, consubstanciadas no Relatório Final do Grupo de Trabalho do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil <http://www.abong.org.br/final/download/OBSERVATORIO.pdf>

<sup>3</sup> O Termo de Fomento e Colaboração é definido como o “instrumento jurídico celebrado entre a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e o Poder Público, mediante seleção pública”, conforme o substitutivo do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) ao Projeto de Lei 3877/04. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1043612&filename=Parecer-CSSF-27-11-2012](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1043612&filename=Parecer-CSSF-27-11-2012)

Gráfico 1 - Repasses de verbas federais para entidades sem fins lucrativos (2003-2011)



Fonte: Siga Brasil <http://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil> <sup>4</sup>

Também estão prontos para o plenário o projeto que extingue com a cobrança previdenciária sobre proventos de servidores públicos aposentados e a proposta conhecido como Lei de Responsabilidade Orçamentária (PLS 229/2009) que altera as regras do processo orçamentário. A proposta, se aprovada, as emendas parlamentares de bancada estariam concentradas em apenas uma emenda, ao invés de mais de 15, como ocorre atualmente.

Aguardam promulgação, além da PEC contra o trabalho escravo, a PEC dos agentes de trânsito. Inicialmente, a PEC visava estabelecer o piso salarial da categoria, mas restringiu-se, ao final, à criação de órgãos específicos para cuidar da segurança viária nos estados, Distrito Federal e municípios. Aguarda sanção

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Letícia. Entre o público e o privado. Brasília: **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 10, edição 79, Ipea, 23/05/2014. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3022:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3022:catid=28&Itemid=23)<http://www.ipea.gov.br>. Para uma análise da relação entre as ONGs e o setor público, a partir da visão dos gestores federais, LOPEZ, Félix Garcia. A Participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais. Brasília: **Texto para Discussão 1949**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abril de 2014. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td\\_1949.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1949.pdf)

ou veto o projeto (PLS 270/2006) que fixou em R\$ 1.014 o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, definindo também uma jornada de 40 horas semanais.

O Executivo lança a segunda fase do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec 2). O programa de cursos técnicos agora vai incluir cursos de gestão para microempreendedores individuais e pequenos empresários e pretende superar as atuais 6,89 milhões de matrículas para alcançar cerca de 8 milhões até o final de 2014<sup>5</sup>.

No Supremo Tribunal Federal, duas questões importantes são aguardadas com urgência: a decisão sobre a constitucionalidade ou não da nova regra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados<sup>6</sup>, que mexe com o interesse dos estados que ganham (Pará, Ceará, Santa Catarina, Amazonas e Minas Gerais) ou perdem cadeiras (Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas, Rio Grande do Sul Paraíba e Piauí); e a sobre a constitucionalidade da nova regra de distribuição dos resultados dos "royalties" do petróleo entre os municípios.

---

<sup>5</sup> A respeito do Pronatec, CASSIOLATO, Maria Martha M. C. e GARCIA, Ronaldo Coutinho. PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, **Texto para Discussão 1919**, janeiro de 2014. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD\\_1919.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf)

<sup>6</sup> TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Resolução do TSE nº 23.389/2013**. Brasília: TSE, 2013. Disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-do-tse-23-389-2013>

# Calendário federativo

## 1<sup>o</sup> de junho

- Começa a valer a partir dessa data o reajuste de 10% do benefício médio do Bolsa Família, passando dos atuais R\$ 150 para R\$ 167 mensais. O aumento beneficiará 14 milhões de famílias.

## 3 de junho

- 6<sup>o</sup> seminário nacional Guardas Municipais e Segurança Pública. Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Promovido pelas Comissões de Legislação Participativa; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, 10 horas.
- CNM promove mobilização em Brasília-DF para pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar a constitucionalidade da nova regra de distribuição dos rendimentos dos royalties do petróleo. Também se tem em vista o aumento de 2% no FPM (Fundo de Participação dos Municípios); a defesa de que os pisos salariais não impactem as finanças municipais; o reajuste dos programas federais defasados; e mudanças na Lei do ISS (Imposto Sobre Serviços) no que diz respeito ao leasing cartões de crédito e construção civil.

- XIV Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa. O tema "A Radicalização da Democracia e o Protagonismo Cidadão", e as conferências, painéis e mesas serão estruturados em seis eixos temáticos: Gestão Focada no Cidadão; Transparência e Informações; Redes Sociais e Novas Ferramentas de Participação; Inovação e Processos Criativos na Democracia; Cidades Colaborativas: Participação e Desenvolvimento Econômico; Conexões Internacionais: o Papel das Redes e a Expansão Global da Democracia Participativa. Canoas-RS (dias 3 a 5).

### **4** de junho

- Cerimônia de Lançamento do Pronatec 2 e inauguração de 59 novos campi de institutos federais. Brasília-DF, Palácio do Planalto.
- Congresso promulgará a Emenda Constitucional 80, que fixa prazo de oito anos para que a União, os estados e o Distrito Federal dotem todas as comarcas de defensores públicos (PEC das Defensorias).
- Seminário Internacional "Compras Institucionais e Desenvolvimento Local: Compartilhando experiências brasileiras com países africanos. O evento é realizado pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o apoio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), o Ministério do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. No dia 03 de junho, será realizada uma Oficina Internacional com delegações de países da África e do Paquistão sobre os programas do Ministério do Desenvolvimento Social com apoio da Subchefia de Assuntos Federativos. Local: Porto Alegre-RS.

### **5** de maio

- O Congresso tem prevista sessão para promulgar a Emenda Constitucional nº 81, de 2014, a chamada PEC do Trabalho Escravo, que desapropria bens em áreas identificadas como de regime de escravidão. Antes disso, se espera que o Senado vote a proposta de regulamentação do assunto que define o que pode ser considerado como trabalho escravo.
- Prazo final para adesão ao Programa Atleta Na Escola, do Ministério da Educação e Ministério do Esporte. A participação das escolas no programa depende da adesão das secretarias estaduais e municipais de educação.

### **16** de junho

- Prazo para as prefeituras e o governo do Distrito Federal fornecerem dados ao Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O sistema permite o monitoramento do serviço executado pelos municípios e a apuração dos atendimentos realizados, requisitos necessários ao cálculo do cofinanciamento federal.

### **17** de junho

- Reunião do Bureau Executivo das Cidades e Governos Locais Unidos - CGLU.  
Local: Liverpool, Inglaterra.

### **27** de junho

- Prazo final para as secretarias municipais de educação informarem sobre frequência escolar de alunos beneficiários do Bolsa Família.

### **30** de junho

- Prazo para estados e municípios que já enviaram a prestação de contas de 2013 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) fazerem alteração ou inclusão de dados no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC/Contas Online);
- Prazo para cadastramento de novas escolas públicas que pretendam integrar o Programa Mais Educação. O cadastro deve ser feito por meio do acesso ao sistema do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

### **Eventos ao longo do mês**

Em caráter conclusivo nas comissões do Senado está a proposta que concede benefícios à indústria automotiva que vier a se instalar em um dos 55 municípios de fronteira no Sul. O projeto também garante a isenção de 32% sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para outras indústrias locais. Os benefícios fiscais são equiparados aos já concedidos a fabricantes de veículos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e à isenção do IPI nas áreas das superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

O Senado (CCJ) também analisa a proposta de PEC que impede que as concessões de impostos afetem o cálculo dos repasses do Fundo de Participação do Municípios.

Na Comissão de Assuntos Econômicos, está em análise o substitutivo do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) que reduz o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), passando da unanimidade

para três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada região do país para os casos de convalidação de incentivos fiscais e a remissão de créditos tributários decorrentes da guerra fiscal.

Tanto no Senado quanto na Câmara há propostas que elevam os percentuais de repasse do Imposto de Renda e do IPI para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Ainda pendente, no Senado, está a proposta de substituição do indexador das dívidas dos estados e municípios com a União e de alongamento dos prazos para o pagamento da dívida. A proposta elevaria a capacidade de investimentos dos entes federados, mas resultaria em impacto nas contas federais.

A CCJ do Senado aprovou mudanças nas regras de domínio sobre terrenos de marinha, permitindo que estados e municípios tenham domínio dessas áreas.